

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 2.991, DE 2004

Dispõe sobre a alíquota da COFINS não cumulativa estabelecida na lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Autor: Deputado Francisco Dornelles

Relator: Deputado Roberto Brant

I – RELATÓRIO

Com a proposição em epígrafe, pretende o ilustre Deputado Francisco Dornelles alterar a alíquota da COFINS não cumulativa, reduzindo-a dos atuais 7,6% para 6,4%.

Alega o autor que, a exemplo do que ocorreu com a cobrança do PIS/PASEP não cumulativo, cujo aumento de alíquota de 0,65% para 1,65% teria redundado num aumento de arrecadação de aproximadamente 16,5%, é de se esperar que a adoção do mesma sistemática de incidência para a COFINS redundará em elevação equivalente da carga tributária, dada a similitude das bases de cálculo de ambas as contribuições. Diante disso, a proposta tem o cunho de assegurar a manutenção da receita da COFINS nos níveis previamente existentes à mudança da legislação.

Encaminhada à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame do mérito, inicialmente, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “*estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

As disposições contidas no art. 90 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003) e no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 5 de maio 2000) impõem a adoção de medidas saneadoras às medidas provisórias e projetos de lei que atribuam benefícios de natureza tributária, dos quais decorra renúncia de receita - assim considerados a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção em caráter não geral, a alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Sob esse ponto de vista, a redução da alíquota da COFINS não cumulativa, por ser uma medida que afeta a todos os contribuintes indistintamente, constituindo-se em regra geral de procedimento para a cobrança da contribuição, não pode ser considerado um incentivo tributário no sentido estrito do termo. Por consequência, não se configura o caráter de excepcionalidade inerente às iniciativas legais que acarretam renúncia de receita, nas condições definidas pelo art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contudo, ainda que proposição não configure a concessão de um incentivo fiscal, é inegável que sua aprovação redundará em prejuízos ao erário, reduzindo de forma significativa a previsão de receita contida no Orçamento Geral da União e, por via de consequência, a meta de resultado fiscal definido na LDO.

Estes aspectos assumem especial gravidade num contexto em que o Congresso Nacional aprovou uma lei orçamentária extremamente apertada para o exercício fiscal de 2004, que prevê despesas de investimentos em valores inferiores aos dos últimos dois anos e que já se defronta com um Decreto de Contingenciamento que cortou as despesas primárias a cargo do Poder Executivo em mais de R\$ 5 bilhões.

Neste contexto, torna-se inviável, do ponto de vista econômico financeiro, adotar uma medida que promove perda imediata de receita tributária.

A fim de contornar esse problema seria necessário introduzir emenda retificadora, remetendo a vigência dos dispositivos legais para o exercício seguinte ao da vigência da lei orçamentária aprovada no ano da publicação da lei. Dessa forma, o impacto financeiro da medida seria devidamente absorvido tanto pela LDO, quanto pela lei orçamentária em vigor naquela data, permitindo assegurar o cumprimento das metas fiscais e das despesas prioritárias definidas no âmbito do Poder Legislativo. Tal procedimento não se choca com o dispõe o § 2º, do art. 2º, da Norma Interna desta Comissão, tendo em vista o entendimento, já explicitado acima, de que a proposição em tela não possui natureza de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira.

Por todo o exposto, **voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2991, de 2004, com a introdução de emenda retificadora estabelecendo sua vigência para o exercício fiscal seguinte ao da vigência da lei orçamentária aprovada no ano da publicação da lei.**

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Roberto Brant
Relator